

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE _____ - DF.

Fulana de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade nº xxxxx - SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº xxxxxxxx-xx, residente e domiciliado na _____/ DF, CEP: xxxxx-xxx, telefone: (xx) xxxxxxxxxxxx, vem, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, nos termos da legislação vigente, propor a presente

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO

em face de **fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, filho de ____ e de _____, portador da carteira de identidade _____ SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. _____ demais dados ignorados, residente e domiciliado na _____ CEP xxxxx-xxx.

DO MATRIMÔNIO E DA SEPARAÇÃO FÁTICA

O casal contraiu matrimônio em xx de xxxxxxx de xxxx, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme cópia da certidão de casamento anexa.

O casal está separado de fato desde janeiro de 2001, residindo em endereços diferentes, quando o Requerido abandonou o lar conjugal e se mudou para outro Estado.

DA PROLE, DA GUARDA E DAS VISITAS

Da união adveio 01 (uma) filha: _____ nascida em ____, menor absolutamente incapaz. A filha se encontra sob a guarda de fato de sua genitora e assim permanecerá, fixando-se as visitas de forma livre a favor do genitor.

OU

Quanto às visitas a filha menor por parte do genitor, estas serão nos seguintes termos:.

- a. **EM FINAIS DE SEMANA ALTERNADAMENTE**, pegando o (a) filho (a) na casa da Requerida, a partir das 9h do sábado e devolvendo-a até as 18h do domingo, no mesmo local;
- b. Nos anos ímpares o (a) filho (a) passará o natal com o pai e o ano novo com a mãe;
- c. Nos anos pares o (a) filho (a) passará o natal com mãe e o ano novo com o pai;
- d. No dia das mães o (a) filho (a) passará com a genitora;
- e. No dia dos pais o (a) filho (a) passará com o genitor;
- f. No aniversário do pai o (a) filho (a) passará com o genitor;
- g. No aniversário da mãe o (a) filho (a) passará com a genitora;
- h. Nos primeiros 50% (cinquenta por cento) do período das férias escolares, o (a) filho (a) passará com o pai e o período remanescente com a mãe;
- i. Os aniversários o (a) filho (a) passará, nos anos ímpares com a mãe e nos anos pares com o pai;
- j. o (a) filho (a) passará os feriados de forma alternada entre os genitores;

DOS BENS, DA PARTILHA E DAS DÍVIDAS

Durante o matrimônio, o casal adquiriu os eventuais direitos inerentes ao imóvel situado no Condomínio _____, _____-DF, avaliado em R\$ _____.

Ocorre que o Requerido abandonou o lar, há 14 anos deixando a requerente e sua filha residindo no local, sem prestar qualquer auxílio a sua esposa e filha. Além disso, o requerido não contribuiu de forma alguma com a construção ou qualquer melhoria da referida moradia.

Nesse sentido, mais recentemente, com o advento da Lei 12.424 de 16 de junho de 2.011, foi acrescentada **a mais nova modalidade de**

usucapião: de ex-cônjuge ou ex-companheiro(a), que está prevista no artigo 1.240-A, do Código Civil atual. In verbis:

“Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1o. O direito previsto no caput não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.”

O primeiro requisito imposto é o prazo de 02 (dois) anos de posse ad usucapionem, sem interrupção ou oposição, **sendo que este prazo já foi cumprido pela Requerente, eis que o Requerido abandonou o lar conjugal há mais de 14 (catorze) anos.**

Outra exigência é ser utilizado o imóvel objeto da ação de usucapião em vertente para sua moradia ou de sua família, em consonância com o art. 6º, CF/88, já mencionado. De acordo com Nery Junior e Rosa Nery, “**o elemento finalístico da utilização do imóvel como moradia própria, individual, ou de sua família, deve estar presente para que possa ser declarado proprietário pela usucapião**”.¹

Também, o requisito supra foi atingido pela Requerente, posto que a mesma reside no imóvel a ser usucapido, tendo o mesmo como sua única moradia e da filha do casal.

¹ NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código civil comentado*. 10. ed. rev. e ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 1162

Por outro lado, **a competência da vara de família é absoluta**, pois a causa de pedir é o abandono de lar, que é instituto do direito de família. Segue o rito comum ordinário e não o rito especial da usucapião, **pois quem precisa ser citado é o ex-companheiro ou ex-cônjuge**, e não precisa citar os confinantes, as fazendas públicas e nem publicar editais.

Desta forma, em ação de divórcio, **pode-se cumular o pedido de usucapião familiar com o de alimentos, guarda de filhos, regulamentação de visita, partilha de outros bens e indenizações**. O divórcio é direito potestativo e os demais pedidos requerem instrução probatória.

Diante do exposto, requer que ao final seja declarado como bem exclusivo da Requerente o imóvel situado no xxxxxxxxxx-DF, **com a declaração da incidência do instituto do usucapião familiar** previsto no artigo 1.240-A, do Código Civil atual.

DOS ALIMENTOS

Não se faz necessária a fixação de alimentos entre os cônjuge, por ter cada um condições de sustento próprio. Já em relação aos alimentos devidos a filha, estes serão discutidos em ação própria.

DO NOME

A cônjuge mulher, por ocasião do casamento, alterou seu nome. Assim, voltará a usar o nome de solteira, a saber:xxxxxxxxxx.

DO DIREITO

O divórcio põe termo ao casamento e aos efeitos deste, assim, estando os cônjuges separados de fato há mais de 03 meses, a requerente manifesta a pretensão de divorciar-se diretamente, nos moldes dos termos da Emenda Constitucional n. 66 de 13 de julho de 2010 que alterou a redação do inciso o § 6º do artigo 226 da Constituição Federal, senão vejamos:

"Art. 1º O § 6º do art. 226 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 226.

(...)

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio."(NR)

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC
- b) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;
- c) a intervenção do Ministério Público;
- d) a procedência do presente pedido para ao final decretar o divórcio do casal, **observando-se que a requerente voltará a usar o nome de solteira, a saber: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.**
- e) que ao final seja declarado como bem exclusivo da Requerente o imóvel situado no Condomínio xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx-DF, com a declaração da incidência do instituto do usucapião familiar previsto no artigo 1.240-A, do Código Civil atual.
- f) que o (a) (s) Requerido (a) (s) seja (m) condenado (s) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Valor da causa: R\$ 220.000,00.

xxxxxxxxxxxxx-DF

Requerente

Advogado Colaborador

Defensor Público

ROL DE TESTEMUNHAS